



Recebido em 30/09/2024

Aceito em 05/12/2024

DOI: 10.26512/emtempos.v23i44.55655

ARTIGO

Dilemas e sensibilidades do “Tempo Presente” na emergência da “Era Vargas” como objeto historiográfico

Dilemmas and sensitivities of the “Present Time” in the emergence of the “Vargas Era” as a historiographical object

Wesley dos Santos Graper

Mestrando em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina

<https://orcid.org/0000-0002-3382-0705>

RESUMO: Objetiva-se demonstrar como a chamada história contemporânea, ao longo da segunda metade do século XX, no Brasil, lidava com dilemas semelhantes àqueles enfrentados pelos historiadores que encabeçaram a História do Tempo Presente (HTP) na França ou em outros países europeus (o veto ao tempo próximo; a desconfiança quanto à objetividade; o desafio de testemunhas vivas e a questão da memória; a indisponibilidade de fontes e/ou acervos e; as demandas sociais). Busca-se argumentar que o Brasil não precisou, necessariamente, da recepção da tradição francesa da HTP para enfrentar questões inerentes a este campo de estudos históricos. Muitos desses dilemas do “tempo presente” se manifestaram em pesquisas cujo recorte temporal abrangia as décadas de trinta e quarenta no Brasil. Significativamente, essas investigações interessavam-se pelos momentos nos quais Getúlio Vargas foi chefe do poder executivo federal no Brasil (1930-1945). Assim, pretende-se apresentar e discutir alguns desses trabalhos a fim de problematizar em que medida o conceito de ‘contemporâneo’ e ‘história recente’ no Brasil inseria-se em um mesmo regime historiográfico onde se desenvolveu na Europa a História do Tempo Presente de tradição francesa.

PALAVRAS-CHAVE: História do Tempo Presente. História Contemporânea. Era Vargas.

ABSTRACT: The objective of this study is to demonstrate how contemporary history, during the second half of the 20th century in Brazil, dealt with dilemmas similar to those faced by historians who spearheaded the History of the Present Time (HPT) in France or other European countries. These dilemmas include the prohibition of studying recent times, skepticism regarding objectivity, challenges posed by living witnesses and issues of memory, the unavailability of sources and/or archives, and the pressures of social demands. The aim is to argue that Brazil did not necessarily require the reception of the French HPT tradition to address issues inherent to this field of historical studies. Many of these "present time" dilemmas manifested in research focusing on the 1930s and 1940s in Brazil.

Notably, these investigations were concerned with the periods where Getúlio Vargas served as head of the federal executive in Brazil (1930–1945). Thus, this study intends to present and discuss some of these works in order to examine to what extent the concept of contemporary history and recent history in Brazil align with the same historiographical framework where the French tradition of the History of the Present Time developed in Europe.

KEYWORDS: History of the Present Time. Contemporary History. Vargas Era.

Introdução

Neste artigo, pretendo demonstrar como aquilo que se chamava de História Contemporânea, ou História Recente no Brasil, ao longo da segunda metade do século XX (sobretudo a partir dos anos finais da década de 1960), com frequência, lidava com questões semelhantes àquelas enfrentadas pelos historiadores que encabeçaram a História do Tempo Presente (*Histoire du temps présent*) na França ou até mesmo em outros países europeus¹. Deste modo, meu objetivo é argumentar que o Brasil não precisou, necessariamente, da recepção da tradição francesa da HTP para enfrentar alguns dos dilemas inerentes à este campo de estudos históricos, tais como: a) o veto ao tempo próximo; b) a desconfiança quanto à objetividade; c) o desafio de testemunhas vivas e a questão da memória; d) a indisponibilidade de fontes e/ou acervos; e) as demandas sociais.

Vários dos referidos dilemas, por vezes mobilizados por alguns historiadores para definir a tradição francesa da História do Tempo Presente (DELACROIX, 2018), manifestaram-se em pesquisas cujo recorte temporal foram as décadas de trinta e quarenta no Brasil. Estes trabalhos sobre a história do Brasil foram desenvolvidos tanto em âmbito nacional quanto internacional sob diferentes circunstâncias. Um número significativo destas pesquisas circunscrevia como tema de interesse os momentos nos quais Getúlio Vargas foi chefe do executivo no Brasil — isto é, entre a Revolução de 1930 e a sua deposição, que deu fim ao Estado Novo, em 1945.

Antes de tudo, é preciso deixar claro que não pretendo discutir nem defender neste texto onde deve ou não deve ser demarcado o início do “tempo presente”². Enveredar a discussão por este caminho pode causar mal-entendidos e exigiria um debate mais prolongado que não cabe dentro dos horizontes deste artigo. Na esteira das considerações de Henry Rousso (2016, p. 17) de que o tempo presente e sua duração são “mais uma percepção do que uma realidade tangível”, a discussão aqui desenvolvida almeja perceber como historicamente a historiografia dedicada à história do Brasil foi sensível a diferentes ‘tempos recentes’ ou ‘tempos presentes’. Trata-se de

1 A história do tempo presente nos últimos anos deixou de ser um nicho e tem cada vez mais ganhado legitimidade no cenário historiográfico. Portanto, apresentações detalhadas sobre seu histórico são dispensáveis. Para um histórico do campo na Europa, ver Rousso (2016). Para um panorama de sua formação em uma perspectiva latino-americana e brasileira, ver Montaña, Ortega e Ovalle (2020), Müller e Iegelski (2022) e, Oliveira e Wit (2022).

2 A história do tempo presente não se trata de uma temporalidade fixada a priori e muito menos de um novo recorte no modelo quadripartite de periodização, mas sim de uma atitude metodológica (LOHN; CAMPOS, 2017). Algumas abordagens têm chamado a atenção para a necessidade dos historiadores se atentarem para o caráter performativo da constituição das fronteiras temporais. Portanto, não existem

identificar como historiadores foram suscetíveis a distintas “contemporaneidades do não contemporâneo” (DOSSE, 2012). Em suma, na esteira das sugestões de Ramalho (2023, p. 17), o objetivo é “tematizar as fronteiras temporais como objeto de investigação”.

Rodrigo Patto Sá Motta, em um ensaio sobre a constituição do campo da História Recente no Brasil, chamou a atenção para o fato de que, nos anos 1980, historiadores brasileiros se dedicaram “a temas de sua própria história recente, realizando estudos sobre os anos trinta, quarenta e cinquenta”. Essas investigações, segundo o autor, “dialogavam com os temas sociais e políticos em voga nos anos setenta e oitenta, como a luta contra a ditadura e a eclosão de protestos e movimentos sociais” (MOTTA, 2020, p. 475). Porém, Motta não pretendeu dedicar atenção a esses trabalhos. Müller e Iegelski reconheceram como a “História do Tempo Presente” no Brasil nasceu com suas balizas temporais nos anos 1930 e 1940. Entretanto, igualmente não empreenderam um exame detalhado sobre aquele cenário (MÜLLER; IEGELSKI, 2018, p. 19). Celso Castro tateou o debate ao abordar a trajetória do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) como um espaço de pesquisa dedicado à História do Tempo Recente no Brasil nos anos 1970. Mas, igualmente, não entrou em detalhes quanto aos trabalhos elaborados (CASTRO, 2013). Tais lacunas no debate sobre o campo da História do Tempo Presente no Brasil justificam a discussão aqui apresentada.

Além de algumas obras propriamente ditas sobre a chamada Era Vargas, a documentação privilegiada para a articulação da argumentação foram apresentações, prefácios, introduções de livros e teses que se debruçaram ou que, de algum modo, tangenciaram o referido período histórico, além de algumas resenhas e entrevistas.

O debate apresentado, partindo das considerações de Rouso (2016), Dosse (2012) e Ramalho (2023), contribui com o campo da História do Tempo Presente no Brasil, — o qual vem deixando de ser um nicho e cada vez mais tem se consolidado no cenário historiográfico —, na medida em que possibilita refletir sobre como historiadores foram sensíveis à diferentes tempos presentes — ou, distintas contemporaneidades do não contemporâneo — e, em consequência, permite perceber como estes pesquisadores performaram fronteiras sobre o tempo delimitando uma História Contemporânea ou uma História Recente.

Ao dotar de historicidade episódios relativamente próximos de nós — uma das incumbências da História do Tempo Presente (VENGOA, 2022) —, espero com este debate contribuir minimamente com as reflexões sobre a constituição do campo da História do Tempo Presente no Brasil. Salvo introdução e considerações finais, o artigo divide-se em quatro partes a que se seguem.

limites naturais que definem onde termina o passado e se inicia o presente. O que há são instituições construídas socialmente, tanto por historiadores ou por demais agentes sociais. Doravante, as sugestões são de deslocar a pergunta para quais são as práticas constituidoras do presente. Essa postura abre o precedente para reconhecer como o tempo presente detém múltiplas temporalidades, se institui de modo relacional e abriga um amplo número de historicidades (RAMALHO, 2023).

O evento paroxístico e o perfurar o tempo recente

O período pós Estado Novo e toda a década de 1950 foram marcados pelos antagonismos entre forças contrárias e favoráveis ao legado de Getúlio Vargas. A memória em torno do acontecimento de 1930 atravessou toda essa conjuntura. Os diferentes grupos em contenda, marcados por aquela experiência, mobilizavam suas representações de passado sobre o episódio da dita revolução. Segundo Marcelo Santos de Abreu, particularmente “no contexto crítico dos anos 1960, figurava-se a história política da década de 1930 como resposta adequada aos dramas do presente” (ABREU, 2012, p. 40). Em especial, o paroxístico 31 de março de 1964 exigiu novas interpretações do passado. Conforme Abreu, a emergência destas novas interpretações “fundava-se na percepção do esgotamento dos usos políticos do passado amparados na memória dos eventos da década de 1930” (ABREU, 2012, p. 40). Quer dizer, o trabalho historiográfico emergiu da necessidade de superar a memória histórica.

Dois trabalhos são representativos deste processo: “Revoluções do Brasil Contemporâneo”, de Edgar Carone, publicado em 1965, e “A Revolução de 1930: historiografia e história”, de Boris Fausto, publicado em 1969. A distância entre objetos de estudo e a investigação propriamente dita era de pouco menos de 30 anos. Quantitativamente, um distanciamento temporal curto. Em termos de proximidade afetiva, o distanciamento era mais curto ainda, sobretudo ao considerar como trinta sensibilizava intensamente os atores políticos da década de 1960 (ABREU, 2012, p. 41).

Carone e Fausto faziam parte de um movimento maior de revisão da história brasileira. Na década de sessenta no Brasil, ocorreu um deslocamento nos temas de interesse da historiografia: o enfoque nos períodos do império e da república cresceram, em detrimento da época colonial. Era inaugurada a investigação sistemática acerca da escravidão e da transição para o trabalho livre, a industrialização e uma revisão sobre a história política da república. Conforme interpretação de Abreu, era “como se a explicação do presente exigisse a indagação das realidades econômicas e políticas pretéritas” (2012, p. 43).

O que importa salientar a respeito dos trabalhos de Carone e Fausto, independente de suas amplas divergências interpretativas, é que ambos buscaram furar a bolha do tempo próximo e enfrentaram, aos seus modos, a questão da objetividade científica. Como apontou Marcelo Abreu, apesar de assentados no campo das Ciências Humanas e de um relativo distanciamento temporal, nenhum dos dois garantiu “maior objetividade na apreensão do passado” (ABREU, 2012, p. 46). Em ambos os trabalhos, assim como em outros desenvolvidos no mesmo período, “registram-se marcas de seu próprio tempo nas respostas que encaminham ao problema de investigação. São comprometidas com o presente em outro sentido: integram-se às lutas políticas de então”, afirma Abreu (2012, p. 46). Carone e Fausto eram, portanto, pesquisadores engajados nas lutas de seu tempo. Em suma, para os dois tratava-se de “explicar 1930 para compreender 1964” (ABREU, 2012, p. 47).

O Brasil contemporâneo dos brasilianistas

Os chamados brasilianistas, sobretudo os norte-americanos, contribuíram sem dúvidas para o desenvolvimento do que veio a ser chamado de ‘história contemporânea’ no Brasil. Merece destaque a esse respeito o livro de Thomas Elliot Skidmore, *“Politics in Brazil, 1930-1964: an experiment in democracy”* — ou, em português, “Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)” — lançado originalmente em agosto de 1966, nos Estados Unidos, e em janeiro de 1968, no Brasil. Na apresentação à edição brasileira, Francisco de Assis Barbosa — então diretor da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)³ — lamentava a falta de interesse e incentivos aos brasileiros no estudo da história do Brasil. Também lhe incomodava uma “ênfase muito discutível ao período colonial” (BARBOSA, 1982 [1968], p. 3).

Em face desse desinteresse, segundo Barbosa, concentrava-se nos Estados Unidos “a maior quantidade de especialistas estrangeiros interessados em História do Brasil” (1982 [1968], p. 5). Thomas Skidmore seria um deles. Assis Barbosa caracterizava o livro de Skidmore como “um estudo alentado e objetivo sobre a nossa história recente, do ponto de vista político, social e econômico, que não fora ainda objeto de nenhuma tentativa sistematizada por brasileiros”. Afirmava ainda o jornalista que eram muito superiores os trabalhos de norte-americanos acerca da “realidade brasileira”, em especial, aqueles versados sobre a “história recente” do país (1982, [1968], p. 7).

Por fim, o prefaciador assinalava a respeito de algumas páginas ainda em aberto na obra de Skidmore. Tratava-se do processo histórico posterior aos episódios de 1954 — provavelmente, em alusão ao suicídio de Getúlio Vargas. Somente “ao alongar-se a distância dos acontecimentos, muitos próximos ainda”, a perspectiva do analista seria favorecida. Entretanto, na perspectiva de Barbosa, parecia “perfeito o trabalho de laboratório” de Skidmore, ao valer-se de “material vivo, por certo sujeito a alterações ou deteriorações em contacto com a atmosfera política, à maior ou menor temperatura em que se formam e desenvolvem os fenômenos sociais” (BARBOSA, 1982, [1968], p. 9).

Outra obra relevante é a de Robert Levine, *“The Vargas regime: the critical years (1934-1938)”* — em português, “O regime de Vargas: os anos críticos (1934-1938)” —, lançado nos Estados Unidos em 1969. Em razão da censura imposta pelo Regime Militar, a obra não teve circulação imediata no Brasil. Possivelmente em virtude do fim da vigência do AI-5 em 1979, a publicação do livro em português ocorreu somente em 1980 pela Editora Nova Fronteira (CANCELI, 2020). Novamente, Francisco de Assis Barbosa prefaciava a obra. A questão da dificuldade de acesso à documentação dos tais ‘anos críticos’ de Vargas era mencionada no texto de Barbosa. Afirmava que o livro de Levin,

Surpreendeu a todos os especialistas brasileiros ou não pela rica e inédita documentação em torno de um período recente da nossa história, no entanto vedado aos pesquisadores tupiniquins: os arquivos da polícia do Rio de Janeiro

³ Nasceu em 1914 e faleceu em 1991. Formado em direito dedicou-se muitos anos ao jornalismo. À época da escrita dos prefácios da obra de Skidmore e Levine (mencionado adiante), era diretor da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Assis Barbosa assumira este cargo em 1966.

e de alguns estados, sobretudo Pernambuco e Rio Grande do Norte, palco das rebeliões ocorridas em 1935 (BARBOSA, 1980, p. 12).

Inclusive, Barbosa deixava em termos claros a suspeita dos militares quanto aos historiadores ou demais cientistas sociais interessados em temas que não fossem suficientemente distantes para assumirem um ar ideologicamente idôneo. Segundo Assis Barbosa,

É sintomático que uma pesquisa desse porte tenha sido realizada por um brasilianista e não por um brasileiro. Mas não será difícil encontrar a chave dessa bizarra coincidência. Certos livros, especialmente dos anos 70, só poderiam ser trabalhados ou sequer pensados por estudiosos acima de qualquer suspeita — acima de qualquer suspeita, entenda-se bem, para os órgãos de repressão policial e militar brasileiros” (BARBOSA, 1980, p. 13).

Na esteira deste comentário, o diretor da revista do IHGB mencionava alguns exemplos de obras que seriam inconcebíveis no Brasil das décadas de 1960 e 1970 em razão da suspeita militar: “*The Military in Politics: Changing Patterns in Brazil*” (livro publicado por Alfred Stepan em 1971 sobre a classe militar no pós 1964), “*The Brazilian Communist Party*” (ensaio de Ronald H. Chilcote publicado em 1974), “*The Prestes Comlumm: Revolution in Brazil*” (livro de Neil Macaulay, publicado em 1974 e editado em português somente depois da abertura política), “*Unrest In Brazil: Political Military Crises, 1955-1964*” (de John W. F. Dulles, publicado em 1970) e “*Anarchists and Communists in Brazil, 1900-1935*” (publicado em 1973 também por John Dulles). “Qual brasileiro que seria capaz de escrevê-los, sem correr o risco de ser identificado (ou mesmo fichado) como comunista ou simpatizante do comunismo?”, questionava Assis Barbosa em 1980 (1980, p. 13).

O próprio Robert Levine, anos depois, rememorou como a experiência de pesquisa no Brasil para os norte-americanos “durante o período da ditadura tinha seu lado desagradável — embora nunca nas proporções experimentadas pelos brasileiros”. Levine rememorou o episódio de quando o economista Werner Baer e o cientista político Riordan Roett foram sequestrados pelo serviço de inteligência do exército brasileiro — fato que ambos ficaram sabendo apenas depois da liberação e das investigações levadas a cabo pelo consulado norte-americano. “A parte mais angustiante do sequestro, disse Werner Baer logo após ser libertado, foi que os americanos tinham de adivinhar se os sequestradores eram da direita ou da esquerda”, diz Levine (2002, p. 68).

Como ainda se encontravam vivas muitas testemunhas daquele tempo e as fontes não estavam disponíveis em arquivos, as relações interpessoais estabelecidas poderiam assegurar algumas vantagens. No caso de alguns brasilianistas, o fato de ser estrangeiro privilegiou o acesso a documentos vetados a pesquisadores nacionais. Sobre o acesso à documentação, Levine conta o seguinte:

Tendo chegado ao Brasil algumas semanas depois do golpe, este autor [Robert Levine] conseguiu finalmente examinar os arquivos da polícia política (DOPS) no Rio de Janeiro, em Recife e Natal, para uma dissertação sobre a intentona comunista de 1935; eu e Frank McCann tivemos acesso aos documentos de Getúlio Vargas por intermédio de sua filha Alzira. Uma das razões que a levaram a tomar essa decisão foi que o regime militar tinha feito de Vargas um ‘ninguém’, ignorando seu papel na história recente do Brasil. Os americanos,

racionou Alzira, teriam mais facilidade do que os brasileiros para publicar seu trabalho sobre Vargas e, por isso, ofereceu-se para cooperar (LEVINE, 2002, p. 69).

A experiência de pesquisa de outro brasilianista é igualmente precisa ao assinalar as tensões de se fazer história dos anos trinta e quarenta nas décadas de sessenta e setenta. Stanley Hilton, ao dedicar-se à investigação sobre a espionagem nazista no Brasil durante as décadas de trinta e quarenta, enfrentou alguns dilemas quanto às testemunhas vivas daquele processo. No texto da primeira edição de seu livro — “A Suástica sobre o Brasil” —, escrito e publicado originalmente em português, em 1977, Hilton mencionava sua insistência em tentar entrevistar Albrecht Engels, o espião responsável por articular a maior rede de espionagem nazista na América Latina. Engels, após cumprir sua sentença, passou a viver no Rio de Janeiro. Por telefone, o ex-espião negava a Hilton a possibilidade de entrevista e o seu envolvimento com a espionagem. Quando o historiador decidiu mencionar seu conhecimento acerca de sua trajetória, Engels sentenciou que Hilton ‘sabia de tudo’ (HILTON, 1977).

Ao lançar no Brasil em 1983 uma edição revista e ampliada da pesquisa publicada originalmente em 1977, — agora sob o título “A guerra secreta de Hitler no Brasil” — Hilton fez algumas considerações acerca da repercussão do seu trabalho no país.

A recepção foi animada, mas nem sempre entusiástica. Entre os leitores objetivos, o livro teve uma acolhida favorável, mas alguns ex-membros da Ação Integralista Brasileira, feridos por revelações contidas em Suástica [sobre o Brasil], reagiram furiosamente, acusando-nos de ser ‘agente da CIA’, denunciando o livro como ‘literatura coprológica da ‘CIA’ (Veja, 28.12.1977) e fazendo várias ameaças, inclusive a de nos processar por difamação. Em dois artigos publicados no Jornal do Brasil, (21.1.1978, 18.2.1978), rebati essas críticas absurdas, esclarecendo que nunca fora funcionário da CIA e explicando por que chegara a conclusão de que diversos integralistas, entre eles Plínio Salgado, colaboraram ativamente com o Abwehr [serviço de informações do exército alemão] ou, no caso do Führer integralista, com o serviço secreto do Partido Nazista [...]. A campanha obscurantista dos camisas-verdes foi também enfraquecida pelas críticas diretas feitas pelo Jornal do Brasil, Isto É e outros jornais e revistas (HILTON, 1983, p. 18-19)

Em suma, Hilton ao lidar com um processo em que seus personagens ainda se encontravam vivos, teve de lidar publicamente com a confrontação da sua pesquisa por parte das testemunhas. Acresce que o autor, quanto às suas pesquisas, empregava o uso do termo ‘história contemporânea brasileira’ (HILTON, 1983).

A ciência política, centros de documentação e pesquisa, expansão da pós-graduação em História e eventos científicos

Salvo os brasilianistas, até meados das décadas de sessenta e setenta, ainda eram poucos os historiadores dedicados à pesquisa de períodos após o marco dos anos 1930. Os currículos escolares e as ementas universitárias sobre a História do Brasil não colaboravam com este avanço ao ter como limite aquele acontecimento. Tratava-se

de um sutil veto ao tempo próximo.

A pesquisa de mestrado da historiadora Angela de Castro Gomes, desenvolvida no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), é exemplar quanto aos tensionamentos sobre os entraves ao tempo próximo exercidos pela historiografia brasileira à época. O Iuperj, fundado em 1970, era uma das poucas opções para a Pós-Graduação no Rio de Janeiro do período, além do Museu Nacional. A Universidade de São Paulo – USP era a única a contar com pós-graduação. Segundo Castro Gomes, seu desejo,

Era trabalhar com história política do Brasil recente, o que nos anos 1970 significava tratar dos anos pós-30. Era isso que se chamava história contemporânea do Brasil. A escolha da Ciência Política me pareceu estratégica para tanto, e o tempo me provaria que eu, nesse caso, fiz uma escolha certa (GOMES, 2014, p. 12).

Pelas memórias da autora, nota-se a centralidade dos marcadores da Revolução de trinta na delimitação do ‘tempo recente’ da experiência histórica brasileira. Conforme a autora, “o campo da História era, para dizer o mínimo, muito relutante e reticente com aqueles que queriam estudar o ‘passado recente’”. “Trocando em miúdos”, — continua a autora —, “até fins dos anos 1970, fazer História do Brasil republicano ainda era algo ‘arriscado’” (GOMES, 2014, p. 12). Para caracterizar esta desconfiança, Angela de Castro Gomes mencionou um termo empregado em 1976 pelo historiador Amaral Lapa na obra “A história em questão (historiografia brasileira contemporânea)”: “conspiração anticontemporânea”. Historiadores ‘de verdade’, na visão hegemônica do imaginário teórico da historiografia brasileira da época, pesquisavam os períodos históricos da Colônia e Império. “O mais faziam os cientistas sociais”, diz Castro Gomes (2014, p. 12).

Em razão da distinção entre o trabalho cabido a historiadores e cientistas sociais, “em quase todos os temas mais recentes e, sobretudo, mais polêmicos e sensíveis dessa época”, os cientistas sociais “chegaram à frente dos historiadores, impondo-se com suas contribuições”. Historiadores apenas se debruçariam sobre aqueles períodos da história recente “com afinco e qualidade” anos depois, quando a nova história política e cultural foi recepcionada pelos historiadores brasileiros. Afirma Gomes que, até aquele momento, “pesquisar movimento sindical, partidos políticos, instituições políticas republicanas, pensamento social e político de intelectuais brasileiros, autoritarismo, golpe de 1964 etc. não era assunto de historiador” (GOMES, 2014, p. 12).

Dentro do Iuperj, os interesses de pesquisa de Gomes “não causavam estranheza por tocarem em questões próximas; aliás, quando causavam estranheza era justamente pela distância temporal em que se situavam” (GOMES, 2014, p. 13). De todo modo, a autora alega que o instituto abrigava diversas pesquisas com “inclinações históricas” (GOMES, 2014, p. 12).

Importante ressaltar: nos anos 1970, algumas instituições de pesquisa recebiam incentivos estadunidenses, advindos, por exemplo, da Fundação Ford, com a intenção de agendar a elaboração de projetos de transição política no âmbito das ciências sociais. Esse agendamento atrelava-se às chamadas “teorias da democratização”, cujo

pressuposto era de que o desenvolvimento econômico, promovido pela modernização, seria um fator crucial para a transição e consolidação da democracia — um influente autor, crítico dessas concepções à época, foi Samuel Huntington. Essas teorias ganharam força principalmente após a retração abrupta dos movimentos revolucionários dos anos 1960. Entre as instituições brasileiras que receberam incentivo estava o Iuperj, no Rio de Janeiro, e o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), em São Paulo (CHAVES; CATTAL, 2019).

Elizabeth Cancelli demonstra como esses debates respingaram na historiografia dedicada aos anos de Vargas. A citada obra de Robert Levine era um exemplo da recepção às considerações de Huntington sobre as teorias da democratização. Boris Fausto, por sua vez, ao desenvolver suas pesquisas no âmbito do Cebrap, foi fortemente influenciado por essas teorias e, posteriormente, pela teoria da dependência. Os estudos dedicados ao trabalhismo, na percepção de Cancelli, não teriam igualmente se desvinculado daquelas perspectivas (CANCELLI, 2020). Porém, não cabe aqui estender a discussão.

De todo modo, não apenas o Iuperj, mas a ciência política de modo geral naquele período, possuía uma certa inclinação às pesquisas de caráter histórico. Segundo Maria Helena Capelato, em um texto de revisão bibliográfica datado de 2007, a autora afirma que,

Até os anos 70, havia uma tácita divisão de trabalho entre os historiadores e outros cientistas sociais. A historiografia colocava para si como limite temporal a década de 30, e raramente os historiadores avançavam para além desse marco. Prevalcia a concepção de que o distanciamento no tempo era imprescindível a boa reconstituição historiográfica (CAPELATO, 2007, p. 190).

Em vista desta divisão de trabalho, pesquisadores interessados em empreender pesquisas históricas sobre o período da História Recente Brasileira, ou, a História Contemporânea, viram nos cursos de Ciência Política uma espécie de subterfúgio. Além do mais, em meados dos anos 1960 e 1970, o Brasil, de modo geral, carecia de cursos de pós-graduação em História. Em fins dos anos 1970, eram apenas 12, e ao fim dos anos 1980 eram 21 (FICO; POLITO, 1992, p. 39).

A possibilidade de desenvolver pesquisas no exterior, também no campo da Ciência Política, favoreceu pesquisadores a investigarem os anos 1930/1940. Aparentemente, esse foi o caso de Hélio Trindade (natural do Rio Grande do Sul), com sua tese *“L’Action intégraliste brésilienne: un mouvement de type fasciste des années 30”*, defendida em 1971 na *Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne*, França. Segundo Trindade, em sua entrevista concedida ao CPDOC, aparentemente o interesse pelo integralismo se deu por dois principais motivos: o fato de uma de suas colegas na França, uma exilada da ditadura brasileira, estar naquele momento interessada pelo Partido de Representação Popular (continuidade político-partidária do movimento integralista no pós-Estado Novo) e por conta de um professor (possivelmente Jean Touchard) que demandou a seus alunos estrangeiros pensarem os anos 1930 em seus respectivos países. Doravante, Trindade colocou para si o desafio de convencer os franceses especialistas em direitas políticas sobre a existência do fascismo no Brasil. Na ocasião da defesa, um dos participantes da banca de Trindade

foi o historiador René Rémond⁴ (FGV, 2019, min., 44:55 em diante).

Como lembrou Leandro Pereira Gonçalves referente ao doutorado de Héglio Trindade, o “momento não era nada propício para o desenvolvimento de uma pesquisa dessa estirpe”, isso porque vivia-se “os duros tempos da ditadura civil-militar [sic] e muitos dos integralistas dos anos 1930 eram figuras ativas no contexto do regime autoritário” (GONÇALVES, 2016, p. 271). Ao publicar em 1979 a segunda edição do livro resultado da tese — “Integralismo (O fascismo brasileiro na década de 30)” —, em “Nota do autor”, Trindade mencionou que futuramente (aparentemente, era um projeto a curto prazo), publicaria um volume com a análise de uma série de depoimentos prestados entre 1968 e 1970 por dirigentes e ex-militantes do integralismo. Em razão das “implicações na atualidade político-ideológica”, o autor “assumira o compromisso de não divulgá-los imediatamente” (TRINDADE, 1979, p. VI). Esta obra foi publicada somente no ano de 2016 (TRINDADE, 2016).

No prefácio da primeira edição de sua tese, publicada em 1974, Trindade convidou o professor de filosofia da Universidade de São Paulo, João Cruz Costa⁵ (1904-1978), para prefaciá-la obra. Cruz Costa mencionou sua hesitação em tecer comentários ao trabalho do pesquisador. O motivo era ter sido testemunha da ascensão e declínio do movimento integralista — a proximidade com os fatos, em sua visão, vetaria a autoridade às suas palavras. “Assisti aos primórdios do movimento integralista quando ele era apenas o pequeno núcleo que compunha a sociedade de estudos políticos, a SEP”. Costa até foi convidado por duas pessoas “referidas nas páginas deste volume” a participar do integralismo — um deles fora seu colega de faculdade e outro “figura de realce” na AIB. “Recusei os dois convites, alegando para a recusa (a meu antigo companheiro de faculdade), ainda me lembro, ‘que aquilo cheirava a fascismo’...”, escreveu o professor (COSTA, 1979 [1974], p. XXI-XXII). Não obstante, aceitou o convite de Trindade e tecera as seguintes palavras:

O fato, porém, de haver muito apreciado o livro de Héglio Trindade não me dava autoridade para apresentá-lo ao público, principalmente porque ainda guardo, do movimento integralista, as impressões que dele tive no passado. Lembrei, assim, ao autor que ele poderia encontrar pessoa mais indicada, para a apresentação de sua exaustiva e excelente pesquisa, pois sou um simples impressionista nestes assuntos de história política, apenas um homem, já agora de idade um tanto avançada, que assistiu ao nascimento, apogeu e declínio da aventura integralista (COSTA, 1979 [1974], p. XXI).

Assim como alegara, Cruz Costa não deixou de registrar suas impressões que ainda nutria sobre o integralismo (pode-se supor, a escolha de Trindade por este prefaciador não foi aleatória):

4 René Rémond foi um dos responsáveis por encabeçar o chamado “retorno” do político na historiografia francesa. Em texto publicado originalmente em 1992, abordava a necessidade de desfazer a confusão entre História do Tempo Presente e História Política Renovada. Porém, Rémond não tirava a razão dos confusos, uma vez que, na maioria das vezes, eram os mesmos historiadores empenhados em ambas as causas. Ver Rémond (1999, p. 53).

5 João Cruz Costa nasceu em 1904 e foi um filósofo brasileiro, pioneiro nos estudos de História da Filosofia no Brasil. Foi professor da Universidade de São Paulo (USP) desde 1934 e foi aposentado compulsoriamente em 1969 pelo AI-5. Mesmo após a aposentadoria, manteve influência no meio acadêmico e continuou a participar de debates intelectuais até sua morte em 1978.

É verdade que fui testemunha, que vivi a época em que se desenrolou o curto — e para nós — curioso e estranho episódio integralista, com as suas marchas, bandeiras, rufar de tambores, anauês e camisas verdes, ridícula imitação de outras marchas e camisas, destinadas estas a um mais trágico fracasso. Que relação teria toda aquela arlequinada com as verdadeiras, autênticas exigências sociais, econômicas e políticas do povo brasileiro? Talvez, como dizia Monteiro Lobato, uma vez mais, apenas o “maldito prisma do macaqueamento” que desnatura as nossas realidades... (COSTA, 1979 [1974], p. XXI).

Desde 1971 vinha sendo implantada a pós-graduação no Brasil. Os anos 1980, por seu turno, viram a complexificação e especialização do campo de conhecimento em História no Brasil, acompanhado da expansão dos cursos de pós-graduação nesta disciplina (FICO; POLITO, 1992). Entretanto, mesmo neste cenário presumivelmente positivo, em que aparentemente ocorria de modo lento a rotinização (NICODEMO; SANTOS; PEREIRA, 2018, p. 33) dos estudos dos anos 1930/1940, o veto ao tempo recente mantinha-se. Jorge Luiz Ferreira, ao rememorar sua trajetória de ingresso no mestrado em história na Universidade Federal Fluminense (UFF) no ano de 1983, afirma:

Não foi fácil. Inicialmente porque, até o início dos anos 1980, os historiadores resistiam em trabalhar com temas cuja temporalidade avançasse para além do dia 3 de outubro de 1930. Era preciso ‘estar longe no tempo’ para ter a necessária ‘objetividade’. Portanto, entrei na pós-graduação praticamente sem diálogo acadêmico. Para um mestrando, trata-se de algo que pode ser fatal. O professor Afonso Carlos Marques dos Santos me apoiou nesse momento, embora não fosse especialista no tema. Tratei, então, de fazer os cursos, pesquisar e ler a bibliografia especializada (FERREIRA, 2011, p. 16).

Outros historiadores, assim como Ferreira, ousaram se arriscar. O Brasil vivia na época o que Marcos Napolitano (2018) intitulou de “utopia democrática” — um amplo entusiasmo quanto à abertura política e a saída do regime militar. Esse entusiasmo democrático moveu historiadores a um olhar crítico quanto às experiências autoritárias predecessoras. Em sua tese de doutorado defendida na USP em 1986, Maria Helena Capelato⁶ dizia desconfiar “da crença até hoje acalentada entre nós de que os liberais e a democracia liberal ainda têm um papel importante a cumprir na construção de uma outra democracia, de uma outra sociedade” (CAPELATO, 1989, p. 23). Tratava-se de uma dura crítica aos liberais que, nas duas conjunturas pré-golpe (1937 e 1964), soltaram a mão da democracia.

Se à Capelato importava a crítica ao liberalismo, Angela de Castro Gomes, em sua tese de doutoramento defendida no IUPERJ em 1987, se preocupava com a questão da cidadania. Na apresentação da terceira edição de “A invenção do trabalhismo”, lançada em 2005, a respeito do contexto no qual o livro foi escrito (a primeira metade da década de 1980), dizia o seguinte: “o Brasil se mobilizava para dar fim ao regime militar, ansiando por uma Assembleia Nacional Constituinte que reestabelecesse o pacto entre sociedade e Estado, em bases mais democráticas”. A “curiosidade intelectual” nas áreas das Ciências Sociais, História e Direito, se interessavam por discutir “como o país construiu seu conceito de cidadania e de democracia através do tempo, pois, sendo esse um processo contínuo, viveria, em breve, momento estratégico

6 Vale lembrar que em sua dissertação de mestrado — “O pensamento liberal de 'O Estado de S. Paulo' (1927-1932)” —, defendida em 1974 na USP, a autora não avançou além do marco de 1932.

de expansão de direitos” (GOMES, 2005, p. 09).

Naquele contexto de abertura, como assinala Gomes em texto posterior, “a questão acadêmica se via engolfada pela conjuntura política”. Muitos pesquisadores concebiam o Estado Novo como uma ditadura fascista e relutavam em reconhecer certos avanços no campo econômico e social. As ambiguidades daquele regime se configuravam em complicadores de análise naquela conjuntura. “Isso porque, politicamente, nos anos 1970 e 1980, era fundamental atacar o regime militar através da ditadura de Vargas”, diz Gomes (GOMES, 2011, p. 46).

A extrema preocupação quanto às possibilidades de uma pesquisa reconhecer a convivência de avanços e recuos; de reconhecer a ambivalência como dimensão constitutiva das diretrizes políticas de um regime [autoritário] era, basicamente, uma cautela que tinha a ver com a luta pela democratização dos anos 1980 (GOMES, 2011, p. 46).

Segundo Edgar De Decca (2004), na passagem entre os anos 1960, 1970 e 1980, viu-se ruir na historiografia brasileira o ‘imaginário teórico’ da revolução. A título de exemplo deste paradigma da revolução, De Decca cita um acontecimento do ano de 1968, ocorrido na Universidade de São Paulo (USP), quando o prédio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi tomado por estudantes e na ocasião, “inúmeros seminários foram realizados tendo como tema os rumos da revolução no Brasil. Dentre essas atividades destacaram-se inclusive os debates sobre a revolução de trinta” (DECCA, 2004, p. 22). O que fez esfacelar este horizonte teórico foram os rumos dos acontecimentos nacionais e internacionais, tais como a morte de Che Guevara, a repressão à Guerrilha do Araguaia, etc. Em consequência das novas circunstâncias, a partir da segunda metade dos anos 1970 — a possibilidade de uma abertura lenta e gradual —, um novo imaginário teórico emergira: o de compreender a natureza da cidadania e da democracia no Brasil (DECCA, 2004). Nesse horizonte teórico, se inseriram muitas das pesquisas dedicadas aos anos 1930 e 1940 — a exemplo das de Capelato e Gomes acima mencionadas.

De todo modo, paulatinamente os anos 1930 e 1940 vinham impondo-se como objetos de investigação e os historiadores tomaram parte no processo. Exemplo disso foram alguns eventos científicos, tais como o “Seminário sobre a Revolução de 30”, promovido pelo CPDOC, em setembro de 1980; o “Colóquio Estado Novo (1937/1945) e Autoritarismo no Brasil: uma avaliação histórica”, promovido pelo Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (URFJ), em novembro de 1987 (FICO; POLITO, 1992); o ciclo de debates “Autoritarismo e antissemitismo na Era Vargas”, promovido pela Federação Israelita do Estado do Rio de Janeiro (Fierj), no espaço do Conjunto Universitário Cândido Mendes, no mês de outubro de 1987 (CHOR, 1988); o seminário que resultou no livro “O feixe: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica” (publicado em 1991), coordenado pelo professor José Luiz Werneck da Silva, realizado na UFRJ em novembro de 1987, no clima de instalação da Assembleia Nacional Constituinte; e o seminário “Estado Novo: 60 anos depois”, realizado em novembro de 1997 por iniciativa de uma série de instituições, tais como: CPDOC/FGV, em parceria com a UFRJ, a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz) e o Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas (Unicamp)

— o encontro resultou na obra “Repensando o Estado Novo”, organizado por Dulce Pandolfi (GOMES, 2011).

Quadro 1 – Eventos sobre as décadas 1930/1940 realizados entre os anos 1980/1990

Evento	Instituições organizadoras	Data
Seminário sobre a Revolução de 30	Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC)	Setembro de 1980
Colóquio Estado Novo (1937/1945) e Autoritarismo no Brasil: uma avaliação histórica	Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Novembro de 1987
Ciclo de debates Autoritarismo e antissemitismo na Era Vargas	Federação Israelita do Estado do Rio de Janeiro (FIERJ)	Outubro de 1987
Seminário resultante no livro "O feixe: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica"	Coordenado pelo professor José Luiz Werneck da Silva, realizado na UFRJ	Novembro de 1987
Seminário Estado Novo: 60 anos depois	CPDOC/FGV, UFRJ, UFF, Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), e Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp	Novembro de 1997

Fonte: (FICO; POLITO, 1992; CHOR, 1988; GOMES, 2011).

Quadro 2 – Programação do “Seminário sobre a Revolução de 30” promovido em setembro de 1980 pelo CPDOC

Elites políticas e regionalismo	Victor Nunes Leal	Aspásia Camargo (FGV), Francisco Weffort (USP), Joseph Love (Universidade de Illinois), Elisa Pereira Reis (Iuperj), John Wirth (Stanford).
Política das Forças Armadas no período de 30 a 45	Edmundo Campos (Iuperj), Heloisa Fernandes (USP)	Frank McCann (Universidade de New Hampshire), José Murilo de Carvalho (FGV), Alain Rouquié (Instituto de Estudos Superiores da América Latina de Paris).
Classes populares, política social e sindicalização	Evaristo de Moraes Filho	Angela Maria de Castro Gomes (FGV), Robert Levine (Universidade Stony Brook), Wanderley Guilherme dos Santos (Iuperj), Maria Hermínia Tavares de Almeida (Unicamp), Francisco Weffort (USP), Luiz Werneck Vianna (Iuperj).
Educação e cultura no regime Vargas	Alberto Venancio Filho	Simon Schwartzman (FGV), Sergio Micelli (FGV), Luiz Antônio Cunha (FGV), Daniel Levy (Universidade Yale).

Intelectuais e ideologia	Francisco Assis Barbosa	Lucia Lippi Oliveira (FGV), Guerreiro Ramos (Universidade da Califórnia do Sul), Bolívar Lamounier (Cebrap), Héglio Trindade (UFRGS).
Relações internacionais e política externa	José Honório Rodrigues	Gerson Moura (FGV), Carlos Diaz Alexandro (Universidade de Yale), Ricardo Seitenfus (Instituto Universitário de Estudos Internacionais Superiores de Genebra), Marcelo Paiva Abreu (UFRJ), Regina Soares de Lima (Iuperj), Celso Lafer.
A Revolução de 30 em perspectiva	Raymundo Faoro	Luciano Martins (Centro Nacional de Pesquisa Científica de Paris), Celso Furtado (Escola de Estudos Superiores em Ciências Sociais de Paris), Guillermo O'Donnell (Cedes, Buenos Aires), Daniel Pecaut (Escola de Estudos Superiores em Ciências Sociais), Fernando Henrique Cardoso (Cebrap).

Fonte: (Revolução de 30 é tema para o IBAM. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 04, Ano XC, nº 167, 1980. (Caderno A). Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

É notável o envolvimento do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC) em muitos desses eventos dedicados aos ‘anos de Vargas’. Como apontaram Silvia Arend e Reinaldo Löhn (2022, p. 110), os estudos renovados sobre o político tiveram no CPDOC um espaço privilegiado de desenvolvimento. Em uma entrevista cedida ao *Jornal do Brasil* em março de 1975, Celina Amaral Peixoto Moreira Franco, então chefe daquela instituição, abordou os objetivos à época: “constituir um acervo de documentos voltado para a história contemporânea do Brasil”. Além do mais, nas palavras de Celina Franco, a “História do Brasil está por ser escrita. Falta-lhe toda uma interpretação nova. Os nossos historiadores só tratam dos séculos XVIII e XIX”. Na sua visão, faltavam “incentivos no campo das ciências humanas, tanto que não há prioridades estabelecidas pelo Governo às agências financiadoras”. Daquela modo, ficavam prejudicados “alunos e professores, que têm necessidade de financiamentos para o desenvolvimento de seus estudos”, dizia Celina (MOREIRA, 1975, p. 01).

Para além do trabalho dedicado à custódia de acervos pessoais, o centro de pesquisa se interessava ainda “pela História Oral, que visa a tomar depoimentos de personalidades sobre momentos específicos e pela História de Vida”. Nas palavras de Celina Franco: “O Centro vai procurar desenvolver este trabalho que, aliado aos documentos e aos livros existentes, preencherão as lacunas evidentes no período da história política contemporânea”. Outra frente de trabalho seria o desenvolvimento do “Projeto do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, que retratará, a partir de 1930, a história das personalidades e dos eventos da vida política brasileira” (MOREIRA,

1975, p. 01).

É perceptível como existia no âmbito daquela instituição um interesse em promover a chamada ‘história contemporânea’, a qual se iniciava a partir dos anos 1930 e era vista como um tempo ainda recente. Esse incentivo à História Contemporânea era acompanhado de uma crítica ao maior interesse dos historiadores daquela época pelos períodos predecessores ao século XX. Como reiterado por Celso Castro, o CPDOC “foi criado em 1973 com o objetivo de abrigar conjuntos documentais relevantes para a história recente do país e desenvolver pesquisas em sua área de atuação”. As características da instituição eram a interdisciplinaridade e a união entre custódia de documentação e pesquisa — o primeiro marcador, inclusive, era decorrente dos dois últimos (CASTRO, 2013, p. 23).

Nas palavras de Castro, não foi simples a afirmação de uma instituição voltada para o estudo da História Política com enfoque nas elites políticas. O cenário historiográfico não era favorável a esse movimento, na época interessado pelos grupos sociais marginalizados. Os anos 1930 apareciam como marcadores importantes no projeto de História Oral implantado pela instituição, cujo título era “Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras de 1930 até os dias de hoje”. “Os ‘dias de hoje’ eram a segunda metade dos anos 1970”, diz Celso Castro. Alguns episódios e anos serviam de referência para a pesquisa, a exemplo de 1922, 1930, 1946, 1964 (CASTRO, 2013, p. 24).

Com suas devidas particularidades, as funções do CPDOC assemelhavam-se a ‘algumas’ características de instituições criadas na Europa do pós-guerra. Impulsionados pelo Estado e à margem da academia, criaram-se “institutos e comitês de história encarregados de empreender a coleta de documentos e de testemunhos, e de produzir as primeiras histórias do evento apenas terminado” (ROUSSO, 2016, p. 133). O caso do CPDOC se difere da maioria desses centros europeus por ter se configurado como uma instituição privada e não-estatal. Por outro lado, coincide com as características do centro criado na Alemanha logo após a capitulação, encarregado da história do nacional-socialismo. Com a divisão da Alemanha em 1949 seu nome é alterado e em 1952, definitivamente, passa a funcionar como *Institut für Zeitgeschichte*, ao tornar-se “uma instituição de direito privado autônoma, fora do sistema acadêmico, financiada inicialmente pelo governo federal e pelo Estado livre da Baviera” (ROUSSO, 2016, p. 149).

Não aleatoriamente, pelo íntimo interesse pelo político no âmbito das Ciências Sociais, posteriormente “uma reflexão das mais significativas começou a ser produzida no Brasil sobre a história do tempo presente” no CPDOC. O presente e o político “entrelaçavam-se na investigação de temas constituintes de uma sociedade brasileira que se havia democratizado recentemente, embora sob as balizas de uma trajetória em que o autoritarismo fora parte marcante”, afirmam Arend e Lohn (2022, p. 110). Isso explica o envolvimento da instituição e de diferentes pesquisadores a ela vinculados em vários dos eventos realizados entre as décadas de 1980 e 1990 sobre o período Vargas.

Em todo caso, nota-se como as efemérides da revolução de 30 e do golpe do Estado Novo (1980, 1987 e 1997), assim como foi para outros acontecimentos históricos (abolição da escravidão, em 1988, por exemplo), serviram como vetor das reflexões em torno do significado histórico daquele período. As efemérides, — segundo caracterização de Helenice Rodrigues, ao rememorar determinados eventos, visam sobretudo o devir de uma sociedade (RODRIGUES, 2002). “Em 1987, ‘lembrar’ o Estado Novo era uma rica oportunidade para se pensar a questão do autoritarismo no país, ou seja, para se trabalhar com a história imediata do Brasil, e não só a história do tempo presente, aliás uma terminologia que tinha pouco curso à época”, afirma Angela de Castro Gomes (2011, p. 44). Evidentemente, a posteriori, Gomes traça paralelos entre a História do Tempo Presente (de tradição francesa) e o que faziam os historiadores e historiadoras no Brasil dos anos 1970 e 1980.

Em acordo com a síntese expressa por Angelica Müller e Francine Iegelski (2018, p. 22), nos anos de 1980, em especial no limiar da transição do regime militar, tomar o Estado Novo ou o que se convencionou chamar de ‘Era Vargas’ como objeto de investigação historiográfica, se caracterizava como,

Uma maneira de entender, por um contraponto histórico, nosso passado autoritário; não aquele ainda muito presente para se tornar fonte de análise histórica, o correspondente ao golpe de 1964 que implantou a ditadura militar, mas outro, também significativo de nossa história autoritária: o Estado Novo. (MÜLLER; IEGELSKI, 2018, p. 22).

Em suma, nas palavras de Maria Helena Capelato, o “Estado Novo se impôs como objeto específico de estudo na historiografia brasileira a partir do momento em que os historiadores enfrentaram o desafio de estudar um período recente” (CAPELATO, 2009, p. 27). Esse movimento, como é possível observar a partir do que aqui foi apresentado, iniciou de forma incipiente nos anos 1960, se expandiu durante a década de 1970 e apontava para uma consolidação na segunda metade de 1980. Nos anos 1990, o Estado Novo já não parecia mais tão próximo e, simultaneamente, a ditadura militar (1964-1985) vinham impondo-se como objeto de reflexão. Contudo, alguns dilemas inexoráveis à contemporaneidade tinham ainda sobrevida no tangente aos anos 1930 e 1940.

Os anos 1990: memória, abertura de acervos e a tradição francesa da HTP

O trabalho com as memórias, especificamente a partir da metodologia da História Oral, em meados dos anos 1980 e 1990, encontrou receptividade entre os pesquisadores das décadas de 1930 e 1940. A História Oral começou a ser praticada no Brasil em diferentes regiões de forma simultânea. O caso mais conhecido é o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), fundado em 1973. Em meados de 1975, professores estrangeiros ofereceram no âmbito daquela instituição cursos de especialização de História Oral (FERREIRA, 2018; FERREIRA, 2024). Em Santa Catarina, processo similar ocorreu em 1974 na ocasião de um curso de especialização em História que

tinha como um de seus tópicos a História Oral (SOSSAI; COELHO, 2022).

Algumas autoras, a exemplo de Angélica Müller e Francine Iegelski (2018), assim como Marieta de Moraes Ferreira (2018), defendem que a História do Tempo Presente (HTP) ‘chegou’ — e este termo é importante — ao Brasil por via da metodologia da História Oral. Seria mais correto dizer que a tradição francesa da História do Tempo Presente começou a ser discutida na medida em que era necessário legitimar a prática da metodologia da História Oral no país⁷, tendo em vista que, como foi demonstrado, muitos dilemas similares àqueles enfrentados na Europa pelos historiadores do tempo presente existiam de antemão no Brasil.

Além do mais, acredito que reduzir a emergência desta subdisciplina unicamente à questão da memória e do testemunho é problemático, apesar de evidentemente ser um de seus aspectos importantes. Porém, Müller e Iegelski acertam ao dizer que assim como na França, a História do Tempo Presente “no Brasil floresceu a partir dos anos 1970 e com uma baliza temporal muito semelhante – os anos 1930 e 1940” (MÜLLER; IEGELSKI, 2018, p. 19). Reitero: é necessário assinalar que o termo História do Tempo Presente, de influência francesa, só se tornou corrente no Brasil a partir da segunda metade dos anos 1990 (FERREIRA, 2018, p. 105)⁸. É fato também que muitos dos historiadores dedicados a este período — mas não todos —, “compartilharam, ainda, o interesse pela utilização de um mesmo tipo de fonte privilegiada: a história oral” (MÜLLER; IEGELSKI, 2018, p. 19).

Dois exemplos, a título de ilustração, são aqui pertinentes: as teses de doutorado de Marly de Almeida Gomes Vianna (defendida em 1990) a respeito da Insurreição comunista de 1935, e a tese de Marlene de Fáveri (defendida em 2002), que buscou recuperar o cotidiano da Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina, sobretudo a partir das memórias da população imigrante e seus descendentes.

Marly Vianna teve a oportunidade de entrevistar vários dos envolvidos no episódio da insurreição comunista de 1935. Nas palavras da autora, em um breve prefácio de seu trabalho publicado em 1992, os “depoimentos, além dos fatos relatados, falam das esperanças revolucionárias, das frustrações da derrota, da tragédia de uma repressão brutal, num mundo que parecia marchar inexoravelmente para a vitória do nazifascismo” (VIANNA, 1992, p. 20). Ainda conforme Vianna, a sua experiência de militância política no partido comunista, “de quase vinte anos, possibilitou não só uma empatia imediata com os entrevistados como o entendimento de questões que somente podem ser bem avaliadas por aqueles que viveram situações semelhantes”. Marly Vianna aludia à perseguição por ela sofrida durante o regime militar. Além do mais, durante seu exílio, conviveu e compartilhou de muitas experiências junto do líder

7 Apesar de perder de vista os dilemas do ‘tempo presente’ existente anteriormente na historiografia brasileira, Marieta de Moraes Ferreira não diverge neste ponto: “[...] a história oral passava a funcionar como um laboratório de reflexão epistemológica, na medida em que precisava dar conta da pressão das demandas dos testemunhos vivos, e as contribuições da história do tempo presente produzidas no *Institut d’Histoire du Temps Présent* (IHTP) ofereciam caminhos interessantes” (2018, p. 92).

8 Além do gráfico apresentado por Ferreira (2018, p. 105), ver as menções de Capelato (2009), Borges (1992) e Silva (2001). Foge aos objetivos deste artigo mapear historicamente os usos do termo ‘história do tempo presente’ e quais eram os sentidos a ele atribuídos quando ganhou uso corrente no Brasil. Uma investigação com estes objetivos, sem dúvida, seria de grande pertinência para avaliar como esse ‘nicho’ historiográfico foi recepcionado no Brasil.

comunista Luís Carlos Prestes (VIANNA, 1992, p. 21).

Marlene de Fáveri igualmente revela um intenso envolvimento com seus entrevistados e com o objeto de pesquisa. O sentimento é um elemento norteador das suas interpretações a partir da memória de seus entrevistados. Inclusive, ao longo de todo o trabalho da historiadora, percebe-se como as memórias influenciaram suas interpretações sobre os acontecimentos daquele período. Na introdução de sua tese, a autora tece algumas palavras sobre a experiência de produção das entrevistas:

Perguntei-me em vários momentos se ao historiador cabe ouvir a memória do medo, remexer nos ressentimentos e dores do passado, nos silêncios — que fortaleça esses silêncios! Em alguns momentos quase sucumbi à tentação de tomar uma posição em relação às linguagens ainda aflitas. Foi-me um processo doloroso este de ouvir os sentimentos do outro e distanciar-me; cavou-me fundo o sentido do cuidado com as palavras. Era preciso, é preciso acariciar as cicatrizes. Então, cuidei também de meus medos (FÁVERI, 2002, p. 12).

Tal envolvimento sentimental com seus entrevistados, pode-se supor, derivava de certa relação pessoal-familiar com aqueles episódios traumáticos para a população de origem imigrante durante a Segunda Guerra Mundial no estado: “quando criança, até os dez anos, tempo em que construímos significações que nortearão conceitos pela vida, ouvia minha nona dizer que tal coisa aconteceu no tempo de *‘la guerra’*” (FÁVERI, 2002, p. 13). Em síntese, Vianna e Fáveri são exemplos de como naquele período, a ideia de objetividade e distanciamento dos objetos já vinha sendo, em certa medida, tensionada.

No que diz respeito aos acervos, o ano de 1994 viu desdobramentos importantes. Em virtude da pressão provocada pela Comissão de Direitos Humanos e das famílias dos desaparecidos políticos, foi concedido ao Arquivo Público do Estado de São Paulo o acesso à documentos até então secretos, sobretudo, os produzidos pela Delegacia de Ordem Política e Social — Dops (a polícia política brasileira, que serviu intensamente às nossas ditaduras). No prefácio do livro de Priscila Perazzo, “O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo”, lançado no ano de 1999, Maria Tucci Carneiro, uma das historiadoras responsáveis à época por coordenar desde agosto de 1995 o Projeto Integrado Arquivo do Estado/Universidade de São Paulo, dizia o seguinte:

Documentos elucidativos da História Contemporânea do Brasil e, principalmente, no que diz respeito ao período da ditadura militar instalada exatamente há 34 anos atrás (1964-1985), vieram finalmente à luz, colaborando para a elucidação de atrocidades cometidas em nome da Ordem e da Segurança Nacional (CARNEIRO, 1999, p. 17).

Mas, não somente os pesquisadores da ditadura foram favorecidos com a abertura desses acervos. Na concepção de Tucci Carneiro, “a História Contemporânea do Brasil poderá ser (re)escrita considerando-se que outros *corpus* documentais estarão disponíveis, concretizando o lento e difícil processo de democratização nacional” (CARNEIRO, 1999, p. 17).

A partir da segunda metade dos anos 1990 e início dos anos 2000, quando a tradição francesa da História do Tempo Presente começava a encontrar uma acolhida mais quente entre os historiadores brasileiros, sobretudo a partir de publicações voltadas para a questão da memória e da História Oral (FERREIRA, 2018), os anos de

Vargas viram uma efêmera oportunidade de inserirem-se nesse debate. Maria Helena Capelato, na introdução de sua tese de livre docência publicada em forma de livro pela primeira vez em 1998 — “Multidões em cena” —, timidamente sugeria pensar seu objeto de pesquisa — a propaganda do varguismo e do peronismo — sob a ótica da HTP de vertente francesa. Na sua concepção, com a HTP a “novidade não está relacionada com a oposição entre os dois tempos, mas com a análise das interações entre o tempo curto e o tempo longo” (CAPELATO, 2009 [1998], p. 29). A razão para pensar a HTP na relação entre tempo curto e tempo longo era explicitada pela autora:

O interesse pela questão da propaganda política surgiu durante as campanhas eleitorais de Carlos Menem na Argentina (1988) e Fernando Collor de Mello no Brasil (1989). Num contexto histórico bem diverso, os dois candidatos a cargos presidenciais recuperaram, com eficácia, imagens, símbolos e mitos das políticas varguista e peronista, tidas como definitivamente superadas (CAPELATO, 2009 [1998], p. 22).

Isto é, a historiadora percebia uma sobreposição de camadas temporais em virtude de determinadas práticas características aos anos 1930 e 1940 que se manifestaram na década de 1980. Outra percepção da efêmera possibilidade do Estado Novo inserir-se nos debates do tempo presente se imprimiu em 2001 na apresentação ao livro de Anita Leocádia Prestes, “Da insurreição armada (1935) à ‘união nacional’ (1938-1945)”, escrita por Francisco Carlos Teixeira da Silva:

Anita Prestes alinha-se [...] com outros historiadores que se lançaram nos últimos anos, a uma completa revisão da chamada Era Vargas. Ao lado de Maria Helena Capelato, Jorge Ferreira, Angela de Castro Gomes, Maria Aparecida de Aquino, entre outros, Anita Prestes contribuiu fortemente para lançar as bases de uma história do tempo presente no Brasil. Durante largo período de nossa história, a temática referente ao Estado Novo, aos partidos políticos e, em especial, ao PCB constituíram-se em campo exclusivo dos estudos de ciência política (SILVA, 2001, p. 12-13).

Entretanto, poucos anos depois, a ditadura militar assumiu um lugar quase unânime quanto aos marcos da História do Tempo Presente no Brasil. Sobretudo a partir de 2004, quando foram completados 40 anos do golpe civil-militar de 1964, houve um intenso interesse público em torno do tema. Esse movimento, inclusive, se assemelha ao interesse pelo Estado Novo despertado no contexto da transição política que levou ao fim do regime militar. Como aponta Mariana Joffily (2018, p. 223), os fatores para o aumento de interesse pela ditadura naquele momento foram múltiplos:

Na academia, a distância temporal, a abertura e disponibilização de arquivos — como os das Delegacias de Ordem Política e Social, do Projeto Brasil: Nunca Mais ou o arquivo Ana Lagoa — e o paulatino desenvolvimento da área de História do Tempo Presente favoreceram a expansão do campo. Novelas, filmes, documentários, peças teatrais, publicação de depoimentos, na área cultural e as políticas públicas voltadas à reparação de vítimas colaboraram igualmente a fazer aumentar a curiosidade sobre esse passado recente. Teve papel importante, ainda, a eleição em 2002 do sindicalista, líder das greves do ABC nos anos 1980 e dirigente do Partido dos Trabalhadores (PT), Luís Inácio Lula da Silva. (JOFFILY, 2018, p. 223)

Mas, em face desse deslocamento, a questão não é se lamentar. Trata-se apenas de tornar evidente, — como mencionado no início do texto —, de quais modos historicamente a historiografia dedicada à História do Brasil foi sensível à diferentes

‘tempos recentes’ ou ‘tempos presentes’, pois, como aponta Rouso (2016, p. 17), o tempo presente e sua duração são “mais uma percepção do que uma realidade tangível”.

De todo modo, nada está perdido para os que eventualmente se interessam pela operação de tomar os anos de Vargas como pertencentes ao ‘tempo presente brasileiro’. Na acepção de Löhn e Campos, o tempo das investigações dos historiadores do tempo presente não é o tempo da “temporalidade fixada a priori” (2017, p. 102). A bem da verdade, a HTP deve abarcar uma renovada “atitude metodológica diante dos problemas enfrentados pela historiografia”. Ela exige a formulação de “reflexões que procurem abarcar sociedade e interações humanas que não mais cabem num mapa histórico desenhado pelo século XIX” (2017, p. 100) — isto é, de um tempo segmentado em pedaços cujas conexões ou sobreposições temporais inexistem. No entanto, tematizar as possibilidades de tomar os anos 1930/1940 como objeto da História do Tempo Presente, no estilo praticado nos dias de hoje, foge aos objetivos deste texto e deverá ser explorado adequadamente em outra oportunidade.

Considerações finais

Neste artigo, sem a pretensão de esgotar o tema, coloquei o desafio de demonstrar alguns exemplos que permitem refletir acerca da natureza do exercício de uma História Contemporânea ou de uma História Recente no Brasil durante a segunda metade do século XX. Procurei tornar evidente como dilemas enfrentados pelos historiadores dedicados a esta História do Brasil assemelhavam-se às mesmas questões da historiografia francesa (e europeia de modo geral) que veio a dar corpo ao que hoje se conhece por História do Tempo Presente. Foi preciso, no Brasil, a partir dos anos 1970, furar a bolha do tempo recente, enfrentar desafios relacionados ao acesso à documentação, à publicação de obras e o confronto de testemunhas. Para alguns pesquisadores, de modo a driblar o veto ao tempo recente, sentido até meados da década de 1980, foi necessário recorrer à Ciência Política. Muitas das questões dos anos 1930 e 1940 continuavam quentes em meados dos anos 1970 e 1980 (o varguismo, o integralismo e as tendências autoritárias do liberalismo brasileiro, por exemplo). A transição do regime militar foi o momento em que a Era Vargas se assentou como um objeto de estudo legitimado, investigado principalmente com o objetivo de criticar o autoritarismo iniciado em 1964. A memória das vítimas da violência política e a descoberta dos acervos da repressão, assim como em outros países, foi também amplamente explorado pelos pesquisadores do período, sobretudo a partir dos anos 1990.

Ademais, quando a tradição francesa da HTP chegou ao Brasil, em meados dos anos 1990, alguns pesquisadores ensaiaram a inclusão do período Vargas como parte do ‘tempo presente’ brasileiro. A emergência do tema da Ditadura Militar, especialmente a partir de 2004, acabou por abafar a “contemporaneidade do não contemporâneo” da “outra” ditadura. Uma nova sensibilidade quanto ao tempo presente se consolidava. Em todo caso, é inegável como antes mesmo do contato com essa referida tradição historiográfica francesa, historiadores brasileiros partilharam

de um mesmo regime historiográfico (NICOLAZZI, 2019) transnacional comum que emergiu na segunda metade do século XX.

Henry Rousso (2016) diagnosticou que a emergência da História do Tempo Presente na França emergiu como sintoma de uma mudança de relação com o tempo no mundo ocidental. A partir dos anos 1970, conforme este autor, a questão da contemporaneidade impõem-se e o presente se manifesta como algo quase invasivo. Com as devidas ressalvas a respeito de suas particularidades, o Brasil, desde meados da década de 1960, envolveu-se de algum modo nesta mudança ocidental de relação com o tempo (pelo menos nos meios acadêmicos, pois não se pode generalizar esse sentimento para toda sociedade). Diz Rousso (2016, p. 24) que o “interesse pelo passado próximo parece assim estar inelutavelmente ligado a um momento de violência paroxística e ainda mais aos seus efeitos, ao tempo que se segue ao acontecimento deflagrador”. Esse episódio paroxístico no Brasil foi 1964. Porém, o interesse de compreender aquele presente foi remetido aos trinta anos predecessores do acontecimento.

Esse aspecto, apesar de dito em outras palavras, fora assinalado por Angela de Castro Gomes. Nos termos da autora,

[...] se essas transformações mais globais que afetam a conformação de um campo disciplinar como o da História e, dentro dele, o delineamento de espaços mais específicos de trabalho demonstram a existência de uma historicidade geral que une internacionalmente os pesquisadores, pode-se igualmente verificar um outro movimento, mais específico em seus ritmos e características, que diz respeito às variações nacionais que a transformação mais ampla pode sofrer (GOMES, 2011, p. 48).

Como destacou Vavy Pacheco Borges com relação à emergência do interesse pela História Política renovada no Brasil — segundo ela, intimamente relacionada com o interesse pelo ‘tempo presente’ ou pelo ‘tempo imediato’ —, a “historiografia brasileira deve ser vista dentro do mesmo amplo e variado percurso [europeu], sem interpretações mecânicas de ‘dependência’” (BORGES, 1992, p. 08).

Ainda assim, os marcos da História Recente, da História Contemporânea ou da História do Tempo Presente, apesar de inseridas em um cenário histórico de alcance para além das fronteiras nacionais, se recontextualizaram conforme as condições de cada realidade nacional. “Esses ritmos nacionais, que não chegam a alterar a direção global do processo, têm certamente a ver com eventos próprios às histórias ‘políticas’ de cada país”, conclui Gomes (GOMES, 2011, p. 48-49). Assim, os dilemas do ‘tempo presente’ na historiografia brasileira entre as décadas de 1960 e 1980, antes da recepção da tradição da História do Tempo Presente ocorrida a partir da segunda metade dos anos 1990, materializaram-se como História Contemporânea ou, às vezes, até mesmo sob a alcunha de História Recente. Não houve atraso quanto às sensibilidades de um pretérito invasivo no presente — no caso brasileiro, na realidade, essas sensibilidades são até mais constantes e recorrentes.

Referências

ABREU, Marcelo Santos de. Drama social e história: memória política e historiografia da década de 1930. In: AVELAR, Alexandre de Sá; FARIA, Daniel Barbosa Andrade; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria (Orgs.). *Contribuições à história intelectual do Brasil Republicano*. Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012, p. 39-49.

AREND, Silvia Maria Fávero; LÖHN, Reinaldo Lindolfo. Nas margens do tempo: a contribuição da Udesc para a história do tempo presente no Brasil. In: MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, Francine (Orgs.). *História do tempo presente: mutações e reflexões*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022, p. 107-129.

BARBOSA, Francisco de Assis. Apresentação. In: SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 01-10.

_____. Prefácio. In: LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas: os anos críticos, 1934-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 11-14.

BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n° 23/24, p. 07-18, ago. 1992.

CANCELLI, Elizabeth. A leniência e Vargas: falas da história. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 33, n.º 71, p. 448-468, set./dez., 2020.

CAPELATO, Maria Helena. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar (Orgs.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 183-213.

_____. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista, 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Prefácio. In: Perazzo, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999, p. 17-20

CASTRO, Celso. Pesquisando a história contemporânea no Brasil: a experiência do CPDOC. In: Rollo, Maria Fernanda (Org.). *Atas I Congresso de História Contemporânea*. Portugal: Rede de História Contemporânea; Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa; IHC Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra - CEIS20, 2013, p. 23-30.

CHAVES, Wanderson da Silva; CATTAL, Júlio Barnez Pignatta. “Transição política” e ditadura no Brasil: os anos 1970 e seus agendamentos políticos e intelectuais. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 39, n° 82, p. 199-219, 2019.

CHOR, Marcos. O antissemitismo na Era Vargas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 01, n.º 02, p. 304-310, 1988.

COSTA, Cruz. Prefácio da 1ª edição. In: TRINDADE, Héglio. *Integralismo (O fascismo brasileiro na década de 30)*. 2 ed. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, 1979, p. XXI-XXIII.

DE DECCA, Edgar. A revolução acabou... In: DE DECCA, Edgar. *1930, o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 15-28.

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39 – 79, jan./mar. 2018.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 4, n.º 1 p. 05 – 22, jan./jun. 2012.

FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. 2002. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

FERREIRA, Jorge. Prefácio à segunda edição. In: FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2011, p. 13-20.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A História Oral no Brasil e suas relações com a International Oral History Association (IOHA). *História Oral*, v. 27, n.º 02, p. 75–91, 2024.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 – 108, jan./mar. 2018.

FGV. *Entrevista com Héglio Trindade (16/06/2016)*. YouTube, 2019. Disponível em: https://youtu.be/4PigBr9Ihdc?si=XOXxH9W_PzqIXMWn. Acesso em: 08 set. 2024.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A História no Brasil (1980-1989): elementos para um avaliação historiográfica*. Ouro Preto: Ufop, 1992.

GOMES, Angela de Castro. Apresentação à segunda edição de *Burguesia e trabalho*. In: GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. 2 ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014, p. 09-18.

_____. Apresentação à 3ª edição. In: GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 09-11.

_____. Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil. In: ROLLEMBER, Denise; QUADRAT, Samantha (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*, volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 35-70.

GONÇALVES, Leandro Pereira. Trindade, Héglio. A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes integralistas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n.º 76, p. 271-275, 2016.

HILTON, Stanley. Prefácio. In: HILTON, Stanley. *A guerra secreta de Hitler no Brasil: a espionagem alemã e a contraespionagem aliada no Brasil, 1939-1945*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1983, p. 13-21.

_____. *Suástica sobre o Brasil: A história da espionagem alemã no Brasil, 1939-1944*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204 - 251, jan./mar. 2018.

LEVINE, Robert M. Pesquisas: fontes e materiais de arquivos, instituições relevantes, abordagens. In: BARBOSA, Rubens Antônio; EAKIN, Marshal C.; ALMEIDA, Paulo Roberto de (Orgs.). *O Brasil dos brasilianistas: um guia de estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos, 1945-2000*. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 51-73.

LÖHN, Reinaldo Lindolfo; CAMPOS, Emerson Cesar de. Tempo Presente: entre operações e tramas. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 24, p. 97-113, ago., 2017.

MONTAÑO, Eugenia Allier; ORTEGA, César Ivan Vilchis; OVALLE, Camilo Vicente (Coord.). *En la cresta de la ola: debates y definiciones a la historia del tiempo presente*. 1. ed. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Sociales: Bonilla Artigas Editores, 2020. (Pública memoria; 15). E-book.

MOREIRA, Virgílio Moretzsohn. Arquivo. A sede descuidada da memória nacional. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 01, Ano LXXXIV, nº 332, 1975. (Caderno B). Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. El campo de investigaciones sobre la historia reciente en Brasil, de su formación al estado actual. In: MONTAÑO, Eugenia Allier; ORTEGA, César Ivan Vilchis; OVALLE, Camilo Vicente (Coord.). *En la cresta de la ola: debates y definiciones a la historia del tiempo presente*. 1. ed. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Sociales: Bonilla Artigas Editores, 2020, p. 467-493. (Pública memoria; 15). E-book.

MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, Francine (Orgs.). *História do tempo presente: mutações e reflexões*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, Francine. O Brasil e o tempo presente. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Almeida Neves. *O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 17-33. (O Brasil Republicano; 5). E-book.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2018.

NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-*

1970). Rio de Janeiro: FGV, 2018.

NICOLAZZI, Fernando. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. *Revista História Hoje*, v. 08, n.º 15, p. 203–222, abr., 2019.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo Pereira de; WIT, Carolina Wanderley Van Parys de. Por uma História do Tempo Presente: balanço teórico das pesquisas no PPGH/UDESC. In: RODRIGUES, Rogério Rosa et al. *Fio que se faz trama: a história do tempo presente e a responsabilidade na pesquisa histórica*. Vitória: Editora Milfontes, 2022.

RAMALHO, Walderez. Sobre os limites do tempo: história do tempo presente, policronia e performatividade. *História*, São Paulo, v. 42, dez., 2023

RÉMOND, René. O retorno do político. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. *Questões para a história do tempo presente*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 51-60. (Coleção História).

Revolução de 30 é tema para o IBAM. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 04, Ano XV, n.º 167, 1980. (Caderno A). Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

RODRIGUES, Helenice. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n.º 44, p. 426-438, dez., 2002.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: A história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Apresentação. In: Prestes, Anita Leocádia. *Da insurreição armada (1935) à “união nacional” (1938-1945): a virada tática na política do PCB*. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 11-13.

SOSSAI, Fernando Cesar; COELHO, Ilanil. Laboratório de História Oral da Univille: 40 anos de ensino, pesquisa e extensão. In: SOSSAI, Fernando Cesar; FONTOURA, Arselle Andrade; COELHO, Ilanil. *Espaços de história oral no sul do Brasil: trajetórias, experiências e perspectivas*. Joinville: Editora Univille, 2022, p. 48-78.

TRINDADE, Hégio. *A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes integralistas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016. Ebook.

TRINDADE, Hégio. Nota do autor. In: TRINDADE, Hégio. *Integralismo (O fascismo brasileiro na década de 30)*. 2 ed. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, 1979, p. V-VI.

VENGOA, Hugo Fazio. La historia del tiempo presente: composición, temporalidade y pertinencia. In: MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, Francine (Orgs.). *História do tempo presente: mutações e reflexões*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes Vianna. Palavras iniciais. In: VIANNA, Marly de Almeida Gomes Vianna. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 17-22.